

## A Hungria, uma ameaça ou um Renascimento para a Europa?

Firmemente sob controlo? A Hungria luta pela liberdade e autodeterminação. Por Ralph Studer. Após uma onda de propaganda e de relatórios falsos dos politicamente correctos media sobre a alegadamente alarmante situação na Hungria, após a pressão da UE e do FMI sobre o Governo Orbán, segue agora a política de abordagem da cenoura e da vara. No litígio sobre a reforma governamental, a comissão da UE apresentou queixa contra o país no Tribunal Europeu de Justiça. Ao mesmo tempo, impede o caminho para Budapeste receber empréstimos de emergência. A actual situação da Hungria é mais do que contraditória. E a posição do Primeiro-Ministro Orbán não é de ser invejada. O quanto deve ser difícil para ele depender e, ao mesmo tempo, impor-se aos poderosos adversários do FMI e da UE é demonstrado no simpósio húngaro intitulado "A Hungria, uma ameaça ou um Renascimento para a Europa" que teve lugar na antiga Câmara Municipal de Viena, em 30 de Março de 2012. Entre os cerca de 220 convidados também estavam presentes representantes das embaixadas da Hungria, Roménia, Eslováquia, Eslovénia e Bósnia-Herzegovina. Para quê um simpósio destes? Para servir o equilíbrio e a objectividade, e para corrigir as informações falsas da comunicação social austríaca quanto à lei dos media e a Constituição húngara. Os oradores criticaram a cobertura unilateral dada a este evento e condenaram Bruxelas por aplicar dois pesos e duas medidas em relação à Hungria.

Como ponto central do simpósio esteve a apresentação feita pela famosa advogada que vive em Viena, Dra. Eva Maria Barki. A sua palestra, intitulada "O caminho da Hungria, como uma luta pela liberdade e a justiça, na Europa", conteve algum material explosivo e demonstrou de uma forma implacável e pungente a forma como os media e as instituições políticas, sobretudo a UE, funcionam. O conflito entre a Hungria e a UE refere-se apenas a alegadas violações superficiais de tratados da UE, contudo, em última análise, tem uma dimensão que vai muito para além da Hungria, afectando a sociedade europeia e toda a comunidade europeia. A Hungria está a tomar a posição de defensora da cristandade, da democracia e de quem está convencida que uma Europa unida e sustentável só pode funcionar com base em Estados-Nação fortes e confiantes, já que a UE atirou borda fora o cristianismo e a democracia, encontrando-se, presentemente, a caminho de um Super-Estado centralizado europeu com traços totalitários. Deixamos, neste contexto, algumas declarações da Dra. Barki, especialista em assuntos húngaros, a sua análise cristalina da realidade e das verdadeiras intenções daqueles que querem prejudicar a Hungria e aos quais a democracia incomoda tanto quanto a atitude cristã do país. Para começar, Barki fala do discurso de Orbán, em 15 de Março, proferido por ocasião da Revolução Húngara de 1848. Orbán afirmou que a Hungria era obrigada a continuar o legado de 1848 e continuar a defender a liberdade e a soberania. A Hungria não permitiria que nenhuma potência mandasse nela e afirmou que redigiria a sua própria Constituição. «Não precisamos de conselhos não solicitados, e não queremos ser uma colónia», disse Orbán. É uma mensagem clara para Bruxelas. Barki também fala do primeiro discurso oficial de Orbán, em 9 de Junho de 2010, em que ele se pronuncia a favor da construção de um novo sistema económico com valores e definições contrárias ao tradicional. Segundo Orbán, as actividades em que alguém ganha dinheiro que, necessariamente, prejudica outros, devem ser consideradas especulação. Contudo, se alguém ganha dinheiro, criando valores reais, que beneficiam outras pessoas e toda a sociedade, isso deverá ser definido como trabalho. Orbán quer reprimir com grande determinação a especulação e quer fortalecer os esforços em direcção ao capitalismo produtivo. É uma declaração de luta contra a oligarquia financeira reinante e um apelo aos mercados financeiros para adoptarem novos caminhos. Será duvidoso que tudo isto tenha caído em terreno fértil e que os tenha levado a repensar a situação. Será mais certo assumir que, com este discurso, Orbán tenha atraído sobre si mesmo o descontentamento e a fúria da oligarquia financeira, logo no início do seu mandato. Quando Orbán, um pouco mais tarde, introduziu o imposto bancário, também se colocou na linha de tiro dos bancos, disse Barki. Pouco tempo depois, em fins de Julho de 2010, a imprensa austríaca fez uma comparação entre a Grécia e a Hungria, cujo absurdo seria difícil de ultrapassar. O então Primeiro-Ministro grego, Giorgos Papandreou foi apresentado como um excelente exemplo de uma pessoa responsável, por dizer a verdade às pessoas e por se empenhar em satisfazer as exigências dos mercados e das instituições estrangeiras. Em contrapartida, Orbán mistificava o FMI e explorava os bancos estrangeiros. Segundo as conclusões tiradas, não passava de puro populismo, em Budapeste. O ponto culminante desta comparação encontra-se na frase seguinte: «Mas apenas por causa do exemplo para outros Estados é urgentemente necessário que a economia siga as leis da moralidade - o bom ganha, o mau perde. Ou seja, grego bom, húngaro mau!». Isto aconteceu numa altura em que Orbán ainda mal tivera tempo de pegar nas rédeas de comando e, segundo Barki, examinar e arrumar os destroços deixados pelo antigo regime socialista. Pelos vistos, os media principais tinham-se esquecido de como é que a Grécia entrara para a Zona Euro. Nomeadamente, pelo incumprimento dos critérios de convergência para o Euro e pela fraude na inclusão na Zona Euro que, no entanto, foi aceite pelos euro-europeus. A partir daqui (ou seja, do Verão de 2010) - o país deixou de colaborar com os mercados financeiros e as instituições internacionais - ocorreram duas ondas de ataque à Hungria. Por um lado, através de húngaros, que não foram eleitos para o Parlamento e, por outro, pelos media ocidentais "conformistas" com o propósito de desestabilizar o governo de Orbán, disse Barki. Barki desmascarou totalmente a Comissão da UE, através da controversa lei da Imprensa. Apenas um dia após a sua promulgação pelo Parlamento húngaro, em fins de Dezembro de 2010, a comissária europeia Neelie Kroes escreveu para Budapeste a dizer que estava preocupada com a liberdade de imprensa, na Hungria. Poucos dias depois, Barroso disse o mesmo, apesar de, na altura, ainda não estar disponível qualquer tradução. Barki também acabou, de uma vez por todas, com a constantemente repetida e falsa alegação de que a lei estipulava pesadas multas para reportagens desequilibradas. Em lugar algum desta lei existe uma passagem nesse sentido. Barki salienta, com razão, que a promulgação da Constituição húngara, tal como da lei da imprensa é um assunto estritamente interno da Hungria, nada tendo a ver com a UE. Mas o que é que incomoda a UE? O preâmbulo que pede a bênção de Deus para o povo húngaro, o seu compromisso com o cristianismo e as suas raízes cristãs. Um Estado não só tem o direito de se dar a si mesmo uma constituição própria mas, no que diz respeito ao

cristianismo, também tem o dever de o incluir, como parte integrante da identidade europeia, na Constituição. Barki prosseguiu dizendo que quem não aceitar o cristianismo como raiz da Europa e do Ocidente cristão, também não aceita a Europa. Após a queda da Cortina de Ferro e a viragem, em 1989/1990, Shevardnadze, o então Ministro dos Negócios Estrangeiros Soviético, reconheceu que a Europa entrara numa nova era, nomeadamente, na era da autodeterminação. Contudo, a Europa sentiu-se esmagada com isso e, segundo Barki, perdeu a sua oportunidade. Que Projecto Europeu deve ser aplicado hoje? Barki cita Jean-Claude Juncker que, numa entrevista concedida à revista Spiegel, em 1999, desmascarou a EU: «Nós decidimos uma coisa, colocamo-la numa sala e esperamos algum tempo para ver o que acontece. Se não houver grandes protestos e agitação, por a maioria nem sequer perceber o que foi acordado, então, avançamos passo a passo até já não haver retrocesso possível». É um desmascarar da democracia, segundo o entendimento da UE. Quem tiver vivido no Bloco de Leste conhece esta tendência. Os comunistas procederam da mesma maneira. Segundo Barki, o método é o mesmo. É assim que se cria uma ditadura. Barki também se refere ao testemunho de Giuliano Amato, um antigo Ministro do Interior de Itália que colaborou na elaboração da Constituição europeia, que, numa entrevista à La Stampa, em 12 de Julho de 2000, disse o seguinte: «É por isso que prefiro avançar devagar e quebrar a soberania pouco a pouco, e evitar transições abruptas dos poderes nacionais para o governo federal. (...) A Idade Média tinha uma humanidade muito mais rica e uma diversidade da identidade que poderá servir de exemplo. (...) Fica para além das fronteiras do Estado-Nação. (...) Hoje, tal como antigamente, existem potências sem território. Sem soberania não teremos nenhum totalitarismo. A democracia não precisa de um soberano». O conceito básico e original de democracia: "um governo do povo, pelo povo, para o povo", tal como a participação com direitos iguais, de todos os cidadãos no cumprimento de todos os deveres comuns, há muito que estão esquecidos. Bruxelas aspira a "uma democracia sem povo". Um pequeno à parte. Estas palavras de Amato deixam uma pessoa atónita, no entanto, já há muito têm reflexos reais. A UE está a promover uma política que exclui a participação do povo. O receio das instituições da UE dos referendos nacionais vai muito fundo: a rejeição francesa e holandesa do Tratado de 2004, quanto a uma constituição para a Europa. No Tratado de Lisboa - provavelmente com medo de mais escaramuças por parte do povo renitente - só os irlandeses puderam votar, tendo eles rejeitado o Tratado da primeira vez. Na segunda volta, acabaram por aceitá-lo. Não é para admirar que, com uma concepção de democracia destas a nível da EU, o fosso entre a elite e o povo continue a aumentar e que o povo esteja cada vez mais farto da política? A crise da dívida é outro exemplo primordial disso. Em vez de deixar o povo votar as questões importantes, líderes políticos como Merkel e Sórkózy seguiam os seus próprios objectivos e ideologias. E foi assim que a crise da dívida há muito que se transformou numa crise da democracia. Mas voltemos a Barki e à Hungria. Barki diz claramente que as maquinações descritas pretendem derrubar o governo de Orbán. Após uma onda de tempestade política e mediática contra o governo de Orbán, que não obteve o sucesso desejado, seguiu-se o ataque económico ao Forint para (através da via económica e pela desvalorização da moeda, que aumentaria a dívida nacional) levar o povo a revoltar-se contra o seu governo. Até agora, o governo de Orbán conseguiu sobreviver com êxito a todos os ataques. O facto de todos os meios serem legítimos (e deverem ser aplicados) para afastar o governo de Orbán torna-se evidente, através das declarações de Mark Palmer, antigo embaixador dos EUA, na Hungria, em Janeiro de 2012, quem Barki cita: «Este governo tem de ser derrubado, se não por meios democráticos, então por outros». Orbán, que insiste na soberania e na autonomia da Hungria e que luta por Estados-Nação fortes e confiantes, representa uma visão do mundo que está em evidente rota de colisão com a classe política dominante. No século XXI, soberania não passa de "uma brincadeira de mau gosto". Barki aborda aqui um ponto decisivo. O empenho de Orbán por uma Hungria livre e independente, uma Hungria que não viva - como aconteceu sob o comunismo (e agora sob a bandeira da UE) - na sombra de um Estado satélite representa uma luta perigosa, dado as intenções da UE irem precisamente na direcção contrária, ou seja, estabelecer Estados-satélite e governos que lhe convenham. Neste contexto, basta lembrar os governos muito recentemente instalados pela UE em Itália e na Grécia. A tendência da UE é resolver os problemas existentes dissolvendo Estados-Nação e abolindo a soberania. Barki afirmou que, no seu discurso de despedida, no Banco Central Europeu, Jean-Claude Trichet falara pela mesma cartilha. Trichet apresenta a sua visão da Europa onde Bruxelas exerce uma responsabilidade directa no controlo da política fiscal tendo condições de tomar decisões que de imediato são aplicadas em todas as economias individuais; todos apoiados pela mesma vontade democrática, conforme já podemos ver na Grécia. Mais uma vez, os bons na Grécia e os maus na Hungria, disse Barki. Este é o cenário real da disputa entre a Hungria e a UE. Não é apenas a Hungria, mas toda a Europa, especialmente os Estados do antigo Bloco de Leste comunista, que são atingidos, aos quais, segundo diz Barki, nunca se deu a oportunidade de alcançar realmente a Europa e criar a Europa com que tinham sonhado, quando derrotaram o comunismo. Barki terminou a sua apresentação com um apelo ardente por uma Europa livre e pacífica, assente na autodeterminação e na soberania dos Estados-Nação. As suas palavras não devem passar despercebidas. A Hungria precisa de aliados e merece o nosso apoio e lealdade na sua luta pela liberdade. Só assim poderá ser evitado que a UE se afaste do caminho que escolheu, ou seja, que se afaste da democracia e avance em direcção à ditadura; que chegue à conclusão que o Projecto Europa só poderá estar assente na soberania, na autodeterminação e em Estados livres, para ter sucesso e ser pacífica. Uma Europa que é apoiada por países que vivem em reconhecimento dos pontos fortes mútuos, que têm raízes e uma história comum, uma UE permeada de ideias de estima e respeito mútuo, respeitando a vontade democrática, a liberdade, a autodeterminação e a soberania dos Estados-Nação. Mesmo antes deste simpósio a resolução Hungria semper libera que foi assinada por mais de 25.000 pessoas, pedia o cumprimento e o respeito do direito à autodeterminação dos povos e a soberania dos Estados. Para terminar, algumas citações da resolução Hungria semper libera: «Nós (húngaros) ficámos muito desiludidos. Na proclamada Nova Casa Europeia, onde até agora só obtivemos um lugar na cave. Em vez de liberdade encontrámos constrangimento ditatorial, em vez de segurança encontrámos dúvida assustadora, em vez de justiça encontrámos mentiras baseadas em injustiças. Mais uma vez, temos de nos defender.» «Não fomos nós que nos afastámos dos valores europeus, mas sim o centro do poder de Bruxelas. Não somos nós que negamos a democracia,

mas falta-lhe a legitimidade democrática das instituições europeias.» «A Europa está no meio de uma crise económica e política, e de uma decadência moral. Não foi assim que imaginámos a nova Europa!» «Temos de construir uma Europa nova. Uma Europa que não seja centralista, mas policêntrica. Uma Europa que remonta às suas raízes e aos seus valores cristãos. Uma Europa onde o povo e a nação são soberanos, e não a oligarquia financeira. Uma Europa onde é respeitada a vontade democrática dos povos.» «Apelamos a todos os húngaros e a todos os europeus que rejeitem as mentiras levantadas contra nós, que digam corajosamente a verdade, que exijam e que ajudem a construir uma Europa nova, mais livre, mais pacífica e mais feliz, erguida sobre o direito à autodeterminação dos povos e a soberania dos Estados.» Fonte: KOPP ONLINE de 08.05.2012

<http://info.kopp-verlag.de/hintergruende/europa/ralph-studer/fest-im-griff-ungarns-kampf-fuer-freiheit-und-selbstbestimmung.html>